

"PREDILECÇÕES INDIVIDUAES" OU A "AÇÃO CONSTRUCTIVA DA NAÇÃO": INTÉRPRETES DO BRASIL NA REPÚBLICA VELHA

Dr. Antônio M. Elíbio Júnior  
 Departamento de História  
 Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL

**Resumo**

O artigo analisa os fundamentos positivistas que permearam a produção histórica dos intelectuais sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, entre os anos de 1921 a 1930. Intelectuais de formação diversa, que se auto-proclamavam "intérpretes da vida social", deveriam expressar "o fato" e a verdade histórica sobre "bases científicas". Os pressupostos romântico-positivistas nortearam as noções de "espírito nacional", "valorização do passado", "consciência exata e reparadora", "análise justa e serena", "povo". Assim, ao investigar as páginas da Revista do IHGRS, foi possível entender a definição de nação e a relação do que seria governar sem os obstáculos das lutas partidárias – administração neutra, imparcial, objetiva-, regrada pelos princípios da ciência histórica.

**Palavras-chave:** Intelectuais, Nação, República Velha.

**Abstract**

This article analyses the positivist foundations that are present in the historic production of intellectuals members of the Historical and Geographical Institute of Rio Grande do Sul, between the years of 1921 and 1930. Intellectuals of various origins, who called themselves "interpreters of the social life", should express "the fact" and the historical truth about "the scientific basis". The preconceived romantic-positivist ideas set the tone for the "national spirit", "importance of the past", "exact and repairing consciousness", "just and fair analyses", "people". Therefore, the investigation of the pages of the HGIRGS magazine, made it possible to understand the definition of nation and the relation of what govern would be without the obstacles of party disputes – neutral administration, straight forward, organized by the principles of political science.

**Keywords:** Intellectuals, Nation, Old Republic

Quando da fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul em setembro de 1921, o intelectual e sócio Walter Spalding afirmava que, diferentemente de outras agremiações culturais que se dedicavam às “futilidades literárias”, a instituição deveria “estimular” os estudos históricos e cultivar a tradição “como parte da alma nacional”. Para ele, o saber histórico era construído a partir do relato fiel do que “realmente aconteceu”. Walter Spalding, ao analisar a fundação da agremiação, dizia que todos eram poetas, dramaturgos e prosadores em geral.<sup>1</sup> Essa observação procurava qualificar a produção cultural do Instituto, na medida em que o campo do saber histórico passava a ser ocupado por uma geração de eruditos ligados a literatura e vinculados ao Parthenon Literário.<sup>2</sup> O então presidente da agremiação, Florêncio de Abreu, em artigo publicado em 1924 na Revista do IHGRS, ao se referir ao Parthenon Literário, destacava a “importância e a influência que exercera um tão numeroso quanto notável núcleo de intelectuais” para a posteridade da província. Assim como aquele, o IHGRS deveria possuir uma valiosa biblioteca, “um museu com secções de mineralogia, botânica, zoologia, arqueologia, numismática e história”.<sup>3</sup> Desta feita, Florêncio de Abreu atribuía ao Instituto o poder de influir na “cultura intelectual” do país e salvar o acervo patrimonial constituídos por objetos “raros da natureza e do passado”. Para ele, o IHGRS, ao armazenar e coligir estes suportes documentais e indícios de uma “história nacional” estaria realizando um “bem coletivo e uma inequívoca demonstração de civismo.” Assim, mediando o tempo passado e o presente vivido, o IHGRS interpunha-se como o realizador da tarefa de rememorar as origens nacionais através desses “indicadores materiais.” No entanto, o intelectual lamentava o “abandono e o sono do esquecimento” de tão importante instituição. Com efeito, Abreu justificava a publicação das atas da agremiação literária do século XIX nas páginas da revista do Instituto.<sup>4</sup>

A 19 de novembro de 1921 foi nomeada a diretoria efetiva do Instituto, constituída por figuras também ligadas à antiga Academia de Letras do Rio Grande do Sul, como Florêncio de Abreu e Silva, Delphino Riel, Leonardo Truda, Souza Docca e Lindolfo Collor, entre outros. Na mesma sessão de nomeação, Collor dizia que foi com a “Revolução de 1835” que o Brasil conheceu os “princípios da República” através do “esforço heróico e da abnegação cívica dos farrapos”. Para ele, o “dever do historiador” seria o de “servir a Pátria no governo, na administração, na tribuna e na imprensa”.<sup>5</sup> Portanto, podemos identificar nessa interpretação como uma inequívoca preocupação de Collor em delimitar um campo de “saber histórico” baseado na fidedignidade dos documentos e também um delineamento do “papel do IHGRS”.<sup>6</sup> Possivelmente, nessa “história nacional” a que se refere Collor, a “Revolução Farroupilha “teria um destaque privilegiado na formação do Brasil”:

“Havia, ninguém poderá negar de boa fé, muitos rio-grandenses ilustres com idéias republicanas; a maioria do povo tinha notável tendência para a república, e todos aspiravam a liberdade e combatiam com fervor, sem esmorecimentos, os que fossem infensos às suas idéias democráticas e nacionalistas. Convém advertir que não emprego o termo nacionalista com o sentido regional, como muitos querem. Os farroupilhas souberam amar o Brasil acima de tudo e em holocausto a esse grande amor depuseram as armas em 1845, visto que um poder ameaçava a integridade do império”.<sup>7</sup>

Nas atas das sessões preparatórias à instalação da agremiação, o recém empossado Desembargador Florêncio de Abreu agradece ao Presidente do Estado, Borges de Medeiros pelo “apoio hipotecado à novel Instituição”. O “apoio” ao qual se refere Abreu devia-se a cessão da sala principal do Arquivo Público do Estado, aonde se realizavam as sessões, e ao patrocínio na publicação das revistas do Instituto. Na sessão solene comemorativa ao aniversário do Instituto, o presidente Florêncio de Abreu discursou sobre a “figura do conspícuo presidente do Estado, dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros”. A “fecunda proteção” pela qual ele agradece ao presidente do Estado se estendia, segundo o orador, às instituições de ensino científico e artístico, ao desvelo de S. Exa. pela Biblioteca Pública, Arquivo e, finalmente o apoio moral dispensado ao IHGRS.<sup>8</sup>

As discussões sobre o regulamento do IHGRS levaram nove sessões até a instalação de posse da efetiva presidência. Os “cultores da história e da geografia”, como assim se auto-intitulavam, consideravam que para a admissão de novos sócios fundadores seria exigida a condição de trabalhos publicados “referentes à história e à geografia”. Como uma das intenções do Instituto propugnava a divulgação da história pátria, concordaram os sócios quanto à admissão dos professores de história e geografia, “embora mesmo sem trabalhos publicados”.<sup>9</sup> A “pesquisa científica”, à qual se destinava o Instituto, suscitou calorosos debates em torno da possibilidade de mulheres agremiarem-se à instituição. Todavia, assim como os professores, as mulheres, na acepção dos intelectuais fundadores do IHGRS, levariam “adiante a missão civilizadora da história e da geografia”, divulgando-as através da educação escolar e “doméstica”.<sup>10</sup>

Nas “disposições gerais” do estatuto do IHGRS, o sócio tenente Souza Docca acrescenta um artigo estabelecendo que, no caso de “dissolução do Instituto, os seus” documentos, livros, e objetos de museu seriam recolhidos a Biblioteca Pública do Estado, ao Arquivo Público e ao Museu Júlio de Castilhos.<sup>11</sup> Tal preocupação, asseverada insistentemente, não era sem propósito,

afinal a agremiação passava a reunir um “valeroso acervo documental” através das comissões permanentes de história, geografia, arqueologia, etnografia, paleontologia, folclore e língua dos indígenas.<sup>12</sup>

Elaborados e distribuídos os convites pela comissão composta por José Paulo Ribeiro, Souza Doca e J. Hafkemeyer, em novembro de 1921, no salão nobre do paço municipal, assumiu a presidência o já citado Florêncio de Abreu.<sup>13</sup> O prestígio da agremiação em “revelar a verdadeira história do Rio Grande do Sul” contava na sessão de instalação, com a presença do presidente do Estado Borges de Medeiros, o comandante da 3ª Região Militar General Ilha Moreira, o tenente Adalberto da Rocha Moreira, o General Ildefonso Pires de Moraes Castro, o capitão João Luiz Gomes, o capitão tenente e delegado do porto Lacerda de Brandão, os deputados Carlos Mangabeira, Eurybiades Dutra Villa e Getúlio Vargas. Além da marcante presença de militares e políticos da Assembléia dos Representantes, o Arcebispo de Porto Alegre D. João Becker e diversos escritores da Academia Riograndense de Letras também participaram do evento.<sup>14</sup>

No discurso de fundação do IHGRS, o presidente Florêncio de Abreu, afirmava e justificava a necessidade da agremiação, sobretudo quando “outros Estados já possuem essa instituição, que, por sua índole e seus fins, constitui de qualquer modo um expoente apreciável do nível moral de um povo.”<sup>15</sup> Abreu prossegue afirmando que como “parcela política da nação brasileira, diante do estado de cultura a que atingiu o Rio Grande do Sul”, a ausência de um “lugar que edifique a história” fazia falta para o desenvolvimento da sociedade. O “nobre sentimento de patriotismo” dos riograndenses teria, a partir da fundação do IHGRS, um lugar de exaltação da história pátria.

Segundo a interpretação de Abreu, instituições congêneres em outros países atestavam a preocupação de “homens investigadores do passado”. Embora se comparado aos outros Institutos Históricos do país, o IHGRS, para Abreu, figuraria como um importante lugar de “fé cívica nacionalista”. Para ele, “já em 1845 uma plêiade de cidadãos ilustres, teve o louvável propósito de criar essa importante associação”.<sup>16</sup> Nesse sentido, qualquer acusação aventada ao nacionalismo riograndense seria como mera acusação descabida pois, para Abreu, ao narrar experiências anteriores de semelhante instituição, a efêmera, todavia “brilhante existência”, evidenciava o anseio em intervir e divulgar as “coisas do passado, salvando do esquecimento admiráveis tradições.”<sup>17</sup> Quando fundado novamente em 1860, segundo Abreu, o Instituto Histórico teve sua segunda interrupção devido à guerra com o Paraguai. Com a invasão da Província pelas “hostes inimigas”, afirmava Abreu, os riograndenses não se furtaram ao concurso na “sagrada defesa da pátria comum, motivo da “dispersão inevitável dos seus membros”.<sup>18</sup> Para o intelectual riograndense, presidente do IHGRS, a interrupção na

continuidade do Instituto, no século XIX, seria o resultado de uma abdicação cívica e nacionalista. Em outros termos, “os membros” da agremiação se colocaram à serviço da pátria comum, na luta contra ameaças estrangeiras.<sup>19</sup>

A concepção do estudo do passado, para Florêncio de Abreu, designava a história como “ciência concreta” dependente de um “grupo inferior das ciências abstratas.” Porém, não se avistava uma academia de estudos de história, sem propriamente uma “maior utilidade e alcance social”. Não à toa que, em 1925, na sessão de aniversário do IHGRS, Abreu procurou reafirmar os vínculos da agremiação riograndense com o IHGB. Assim como este, o IHGRS, “cultor das letras e investigador sereno e assíduo da história pátria”, havia, em sua curta existência, exercido estimulante vigor “na cultura brasileira”. Para Florêncio de Abreu, a instituição objetivava efetuar “no ambiente social”, o “despertar pelas coisas do passado, aviventando o sentimento da História e com o sentimento da História o culto do civismo”.<sup>20</sup>

É lapidar, nas considerações de Abreu, a preocupação em fazer da análise do passado um poderoso instrumento para o esclarecimento do significado do presente. Essa operação tinha como corolário o desejo de compreender o Brasil através “da consciência dos feitos, labores, heroísmo e espírito de sacrifícios das gerações que fundaram a nacionalidade, organizaram e desenvolveram as instituições que nos regem, consolidaram a liberdade” e, assim, “prepararam o progresso”. Ora, dessa forma se justificava a relevância da agremiação, pois a ela caberia a ênfase em:

“(…) conservar a alma dos nossos grandes homens, o amor da pátria, o amor das nossas tradições, revelando as nobres qualidades seleccionadas pela história no coração dos nossos maiores, para justificar de sobra a utilidade do Instituto, que já há cinco annos vem cumprindo serenamente o seu dever, a despeito de todas as vicissitudes e irresistíveis preocupações egoístas dos tempos que correm.”<sup>21</sup>

Com isso, entendemos que Abreu procurava enfatizar uma delimitação da competência do intelectual sócio de uma Instituição “Histórica”. A ênfase do autor recai sobre a idéia de que caberia legitimamente ao IHGRS uma ação efetiva no processo de transformação social e política do país. Abreu postulava ao intelectual do Instituto um atributo em saber distinguir e selecionar “nossos maiores” lances da história. A produção historiográfica, portanto, resultaria em um recorte intencional, mas que não deveria estar desvinculado do “amor das nossas tradições”.

O que avulta nessa interpretação é a fixação pela fonte documental, considerada por Abreu como capaz de fornecer ao pesquisador um acesso imparcial

às “verdades do passado”. A centralidade da fonte documental e sua conservação proporcionariam um real estímulo à produção intelectual e à “permuta de idéias e impressões”. Esses “materiaes preciosos com que se reconstroem as épocas sepultas no passado”, se estudados com “elevação e justeza”, tornariam “visíveis os factos que transitaram para os domínios da história”.<sup>22</sup> Para não esboroar-se em vão nos “domínios da história”, afirmava Florêncio de Abreu, caberia ao intelectual

“A inspeção severa dos documentos para o estudo consciencioso da história; e, neste particular, desvaneço-me em poder registrar que os estudiosos das cousas do nosso passado vão já freqüentando com assiduidade os archivos, pesquisando os factos à luz da documentação authentica da época. E, em verdade, só mediante esse trabalho preliminar, árduo sem dúvida, poder-se-á com segurança reconstituir um facto, ou plasmar uma personalidade; do contrário é arriscar-se não raro a repetir erroneas que, à força de muito vulgarizadas, vão passando, por ahi como verdades verdadeiras.”<sup>23</sup>

Para Florêncio de Abreu o estudo “consciencioso da história” deveria tornar-se inspiração para “conclamar e confortar o espírito da nação”. Nutrido pela documentação “authentica” que se ia coligindo no acervo da agremiação e confiante no “rigor científico” do Instituto, Abreu sublinhava a “recuperação da memória de algumas figuras de relevo nacional”. Compactuar com as “inverdades tecidas alhures” por uma “apreciação precipitada” e “superficial dos factos”, colocaria em “prejuízo” a confiança no progresso da nação.<sup>24</sup> Para não atentar contra o passado e a própria Pátria, Abreu afirmava que a “história não comportava improvisação”, tão pouco se “inventava”. Antes, ele propõe um estudo meticoloso e “acurado exame dos documentos” como modelo que iria livrar a Nação das torpezas e misérias que poderiam decorrer de uma interpretação “illusória” do passado.<sup>25</sup>

Quanto à geografia, a perspectiva se dava a partir das circunstâncias físicas que explicariam as “condições preponderantes do desenvolvimento” da nação. As “anomalias e contrastes” da diversidade física do norte e do sul do território brasileiro, responderiam as questões sobre os sucessos nos dois pontos do país.<sup>26</sup> A exaltação patriótica, tarefa fundamental daquela instituição, seria possível somente através do conhecimento concreto do solo, que para o intelectual, seria a base primordial do amor à pátria.

Claro está que, para a investigação do passado, segundo os princípios norteadores do IHGRS, o distanciamento “de mais de meio século” seria condição sine qua non para evitar a parcialidade, o juízo político, as influências do meio e

assegurar a “perfeita isenção de animo”.<sup>27</sup> Quanto à história contemporânea, caberia naquela concepção a tarefa de coligir, classificar e conservar documentos, “acumulando materiais para a posteridade”.<sup>28</sup> Organizado e selecionado o acervo do passado e do presente pelos intelectuais dos IHGRS, as gerações futuras teriam a “legitimidade” de escrever a história “dos nossos tempos”, e, doravante, constituir, através de exemplos do passado, histórias excepcionais, extraordinárias, enfim, todo um rol de fulgurantes exemplos capazes de fornecer orientação e sabedoria a todos que fazem parte da nação.<sup>29</sup>

Claudine Haroche, ao estudar a questão da “consciência nacional,” presente no discurso de historiadores, políticos, filósofos e pedagogos franceses em fins do século XIX, afirma que a nacionalidade e a noção de pátria repousava sobre o desejo de viver junto. A coletividade, a comunhão nacional, os afetos e a sensibilidade com o outro eram os pilares que sustentavam a idéia de pertencimento à pátria francesa. O dever patriótico, segundo Haroche, enquadrava-se a partir do sacrifício de si mesmo, ao dever de comemoração, respeito às tradições, culto dos ancestrais e dever de solidariedade.<sup>30</sup> Tais demonstrações patrióticas recorriam às afetividades, aos sentimentos e às vontades individuais e coletivas. Como referência de análise, Claudine Haroche examina o texto de Fouillé, no qual o autor investiga os traços que caracterizam um povo. Fouillé, segundo Haroche, afirmava que o povo francês nutria o sentimento de um passado comum e “igualitário”, questionando-se sobre sua identidade e sua natureza.<sup>31</sup>

Essa concepção enfeixava afirmações com as quais se pretendia traçar um retrato fiel do povo. O princípio constitutivo que fundamentava a identidade e a consciência nacional, segundo Fouillé, estudado por Haroche, localizava-se nos sentimentos e nos costumes, elementos centrais na formação de um povo. Analisando um outro intelectual francês, Fustel de Coulanges, Haroche afirma que para o autor, a pátria seria uma forma de se comportar, de se conduzir, de agir e reagir, de amar a nação. Fustel de Coulanges se aproxima sensivelmente de Fouillé, pois assim como aquele, sua percepção da pátria se baseava na vontade de viver junto. Segundo interpretação de Haroche, para Fustel de Coulanges o presente seria a referência para o sentimento de comunhão nacional.<sup>32</sup>

Por sua vez, Ernest Renan, sublinhando a vontade de viver em comum, ressalta a importância do passado, da memória, dos ancestrais, dos heróis. Citando Ernest Renan, Claudine Haroche, diz que o que une os “homens entre um passado venerado e um presente partilhado, é a comunhão das lembranças e das idéias, das afeições e das vontades, um princípio espiritual, a alma de um povo.”<sup>33</sup> O passado heróico e grandioso que constituiu os alicerces morais da

nação ergue-se pleno e vigoroso na acepção do intelectual francês. A vontade coletiva e as aspirações nacionais do presente tiveram início em uma obra anterior, porquanto o sentimento nacional, para esta concepção, é pedra angular ao edifício da pátria.<sup>34</sup>

O texto de Ernest Renan *O que é uma nação* publicado em 1882, encontrou entre os intelectuais do IHGRS fervorosos leitores.<sup>35</sup> Constatamos a aproximação e identificação dos sócios do IHGRS com o intelectual francês Ernest Renan no decorrer da década de 1920 e 1930, quando uma enxurrada de textos foram publicados, tematizando a formação da nação brasileira. Com efeito, tal admiração adaptava-se ao nacionalismo que se pretendia forjar a partir da teoria das desigualdades das raças.<sup>36</sup> Renan, ao questionar as “bases da existência das nacionalidades” e as diferenças entre os Estados Nacionais modernos, afirma que é a fusão das populações que compõe e caracteriza uma nação.<sup>37</sup> A acepção de Renan baseava-se em duas premissas. A primeira delas é o resultado das circunstâncias de dominação e contato entre os povos. É a adoção da língua e dos costumes dos conquistadores que, segundo o autor, resultariam em uma “influência profunda” na população conquistada. Renan não nega as especificidades nacionais, porquanto para o autor as “recordações coletivas são únicas”. Para ele a “essência de uma nação” “é que todos os indivíduos tenham muitas coisas em comum e que todos tenham acreditado em muitas coisas”.<sup>38</sup>

Se o que designa uma nação é este sentimento coletivo e de pertencimento a um passado comum, seria fundamental para um estado constituir-se como uma “nação moderna”, ter sido o “resultado histórico produzido por uma série de fatos convergentes no mesmo sentido”. Envidado pela preocupação em revelar as diferenças nacionais, Renan problematiza as noções de “raça, língua, religião e geografia”. Para ele, a raça, como resultado da “mesclagem do sangue” de “uma grande caldeira”, constitui um “importante estudo para a história da humanidade”. Todavia, adverte o autor, a raça perdeu sua importância pois as “primeiras nações da Europa são nações de sangue mesclado” desde o “fundamento das origens”. Nesse sentido, a etnografia, ciência que, segundo Renan, estuda as “raças”, não tem “aplicação alguma na política.” Por sua vez, o debate suscitado por Ernest Renan sobre a língua assevera que, ainda que dois estados fossem falantes de um mesmo idioma como a Inglaterra e os Estados Unidos, tal ocorrência não constituía uma única nação. Quanto à religião, esta “tão pouco poderia oferecer uma base suficiente para o estabelecimento de uma nacionalidade moderna”. Essa formulação era ressaltada por uma situação atual, de acordo com Renan, segundo a qual não haveria mais “massas que crêem de modo uniforme” em uma religião comum.<sup>39</sup>

Outra questão destacada pelo intelectual diz respeito à geografia, que tem

um “papel considerável na divisão das nações”. Para ele a geografia não é pensada como uma ciência, tal qual a História e a Etnografia; antes, é o próprio contorno físico de uma região, as linhas sinuosas de uma paisagem. Ondulada em uma geografia assimétrica, as fronteiras nacionais eram delimitadas pelos rios que serpenteavam entre os vales e que “conduziam as raças”. A gradação das montanhas, por outro lado, limitavam a expansão e os “movimentos históricos”. Avesso a esta tese, pois disto poderia decorrer uma “guerra sem fim”, Renan questionava:

“Se pode dizer, sem restrição, como o crêem alguns partidos, que os limites de uma nação estão escritos sobre o mapa e que esta nação tem o direito de abdicar-se caso seja necessário para “redondear” certos limites, para alcançar tal montanha ou tal rio aos quais se concede uma espécie delimitadora a priori? Não conheço doutrina mais arbitrária nem mais funesta. Com ela se justificam todas as violências. (...) este caráter de fronteira natural é que tem feito cometer tantas infrações a esse direito fundamental que é a vontade dos homens.”<sup>40</sup>

E arremata:

“Não, não é a terra em maior medida que a raça faz uma nação. A terra aporta o substrato, o campo de luta e trabalho, o homem aporta o espírito. O homem o é todo na formação dessa coisa sagrada que chama povo. Nada material é suficiente. Uma nação é um princípio espiritual, resultante de profundas complicações da história, é uma família espiritual, não um grupo determinado pela configuração do solo.”<sup>41</sup>

Combinados estes elementos, ainda assim, não seriam suficientes para modelar uma nação. Para Renan, os efeitos dessas características são superficiais, substâncias reversíveis na constituição da nacionalidade. A nação, afirmava Ernest Renan, “como o indivíduo, é a consequência de um longo passado de esforços, de sacrifícios e de desvelo”. Logo, como substrato da nação estaria “o culto dos antepassados”. Essa definição tem uma abertura semântica que projetava no passado o presente. Daí a valorização de um “passado heróico” de “grandes homens” de “glória” que “é o capital social sobre o qual se assenta uma idéia nacional”. Se a nação é “um princípio espiritual” formada por um “povo” que empreende “luta e trabalho”, a configuração física do solo portanto, torna-se apenas um “aporte material” para o desenvolvimento nacional e da consciência cívica. Finalmente, o autor afirmava:

“Ter glórias comuns no passado, uma vontade comum no presente, ter feito grandes coisas juntos, querer fazê-las todavia, é aqui a condição essencial para ser um povo. Se ama em proporção aos sacrifícios suportados, aos males sofridos. Se ama a casa que se construiu e que se transmite.”<sup>42</sup>

Admitido em 1930 como sócio emérito do IHGRS, Othelo Rosa narrava, em seu discurso inaugural que Joaquim Nabuco havia sido influenciado pelo intelectual francês Ernest Renan a “dedicar-se ao estudo da história”.<sup>43</sup> Othelo Rosa afirmava não ter tido a “glória dos conselhos” do pensador francês; todavia, em sua mocidade, procurou “discernir o sentido das coisas” voltando-se para o passado, “buscando de preferência nas páginas da história, repouso fugidivo às agruras e às preocupações de uma existência rudemente vivida.”<sup>44</sup>

O contato com a obra de Ernest Renan, contava Othelo Rosa, deu-se tardiamente. “Submerso no tumulto da política militante”, era preciso compreender os fenômenos sociais e interpretá-los para, dessa forma, ser capaz de propiciar argúcia e clareza nas análises históricas. A história seria assim, “fonte inexaurível de inspiração e exemplo, mestra incomparável” a guiar “o passado incerto e tardo na floresta ameaçadora e densa da dúvida”. Alicerçado em Renan, Othelo Rosa reafirmava a importância que ganhava o passado em momentos de “decadência e de confusão social” pois, “desalentados com os erros e as tristezas da actualidade”, os homens “vão procurar estímulo e consolação nas glórias e nas belezas do pretérito”.<sup>45</sup>

Para essa interpretação, o presente é inscrito no espaço dos sentimentos cotidianos, das incertezas, das dores e angústias. Adaptando as proposições de Renan, quanto a configuração do sentimento nacional e os sentimentos essenciais que constituíam a “alma do povo”, Othelo Rosa afirmava:

“Não será talvez o desânimo e a descrença que aos homens sugerem, em tais situações, o retorno ao passado, a evocação dos dias que já desapareceram, na clepsidra misteriosa do tempo, à preferir emfim, às incertezas dolorosas da sua época, as lembranças e as recordações. Fazem-no, na aniciada perquirição das verdades immortaes que dormem sob as cinzas dos séculos extinctos: fazem-no para encontrar e rever, nas palavras de hontem, nos homens de hontem, nos acontecimentos de hontem, exurgindo luminosamente do entre choque das paixões, do fragor rumoroso das luctas, dos ímpetos magníficos dos triumphos, da resignação corajosa das derrotas, das directrizes e das realizações da vida collectiva, essa força incoercível, latente, fatal, indominável, que é a alma de um povo.”<sup>46</sup>

No interior dessa reflexão em que Othelo Rosa procurava “as verdades immortaes”, o “passado” seria extremamente relevante como substância básica para “tonificar o sentimento pátrio, explicar os destinos duma Nação e fazer aproveitar os ensinamentos da sua experiência política”. O estudo da história, segundo as interrogações de Rosa, não estaria mais no estágio “embryonário da chronica”. Contra tal argumento, ele localizava características particularmente agônicas daquilo que considerava “fantasia histórica”. O intelectual afirmava que, mesmo assentada em dados “rigorosamente verdadeiros”, a história era construída mais “pelo esforço da imaginação do que pela investigação honesta e imparcial dos factos”. Essa contundente constatação, segundo Rosa, gerava “males innumeráveis, contribuindo para occultar os contornos exactos de certos estágios na nacionalidade”, além de “desfigurar a physionomia real de typos representativos e centraes da vida brasileira”.<sup>47</sup>

A coesão social, o “espírito de coletividade”, a “alma do povo” estariam, dessa forma, ameaçados pela desintegração total. Afinal, a “consciência histórica”, elemento fundamental na constituição da nação, somente poderia surgir “luminosamente” se o historiador não falseasse o passado em “surtos de erros e de ilusões”.<sup>48</sup>

A interpretação de Rosa remetia à idéia de uma operação historiográfica construída a partir do documento escrito como prova documental da verdade histórica. A reconstituição dos acontecimentos do passado era assim reafirmada através do levantamento minucioso dos “factos destrinçados nas documentações authenticas”. Neste sentido, o conhecimento “verdadeiro” e objetivo do passado seria possível através de um processo de rastreamento documental. Por conseguinte, alertava o autor, a história, cujo “rigor científico é essencial, pois que a verdade é o seu objectivo maior”, deveria ser “vivificada e aclarada” pelo “espírito do historiador”, sem que tal procedimento constituísse “inexatidão ou improbidade”.<sup>49</sup>

Essa afirmação reafirmava e potencializava a importância do rigor metodológico para a confiabilidade que deveria se armar o historiador. Essa espécie de manual, que definiria a pesquisa histórica, baseava-se fundamentalmente em três premissas: (a) a pesquisa dos documentos, sua localização e autenticidade, (b) a proveniência documental e sua classificação, (c) as operações de síntese, o agrupamento dos fatos e a composição da narrativa. Tal procedimento se constituía no que foi chamado de método histórico “positivista”, em que a função do historiador seria a de recuperar os eventos, suas interconexões e suas tendências através da documentação. A base de tal procedimento seria a composição de uma história narrativa, organizada segundo um tempo linear que é a sua essência. Esta assertiva considerava a narrativa histórica isenta de parcialidades e, por convicção, neutra, pois que a crítica metódica das fontes impunha ao trabalho do

historiador a ocultação do narrador. O resultado desta operação seria a transformação do relato histórico num espetáculo de tipo essencial, “onde as coisas- e as pessoas – falam por si mesmas, onde os próprios personagens parecem atuar como protagonistas, exibindo-se em carne e osso para o leitor sem a interferência de qualquer vontade, de qualquer subjetividade externa”.<sup>50</sup>

Enfim, o que se apresenta é a concepção de que a verdade dos fatos vem então à tona como algo natural, intrínseco ao próprio discurso narrativo. Afirmava-se a “neutralidade” do historiador, não havendo qualquer interdependência entre este e o seu objeto, os eventos históricos passados. Nesse sentido, a história existia na “substância” do documento, cabendo ao historiador a organização cronológica dos fatos.<sup>51</sup>

Neste sentido, a história científica seria produzida por um sujeito que se neutraliza para fazer aparecer o seu objeto. Não caberia ao ofício do historiador o “extremo de suprir as deficiências de dados e de índices” com sua imaginação duvidosa. O historiador, ao evitar a construção de hipóteses, manteria a neutralidade axiológica e epistemológica na análise. As “verdades immortaes” seriam trazidas nesta operação, pois o historiador, ao adotar uma atitude de distanciamento dos “séculos extinctos”, obteria um conhecimento histórico objetivo, puro de toda distorção subjetiva.<sup>52</sup> Essa acepção, ao superestimar a eficácia do método em seu esforço de objetividade, acreditava na possibilidade de “encontrar e rever, nas palavras de hontem, nos homens de hontem, nos acontecimentos de hontem”<sup>53</sup> a verdade do passado.

Ora, se as “predilecções individuaes” dominavam o estudo da história, arriscava-se, dessa forma, a constituição de uma nação una e indivisa. O Brasil não derivava de um “elemento pessoal como factor decisivo dos acontecimentos”. Antes, a “grandeza da nação” resultava da “harmonia profunda entre a acção e as aspirações e os desejos que a vontade colectiva desenhou e formou nos meandros subtis da consciência popular”.<sup>54</sup> Para Othelo Rosa havia uma clara e intransponível fronteira entre a história e as “demasias do romance ou da lenda”. Ao historiador não competiria o trabalho da problematização das fontes, da análise dos documentos. Antes, os fatos históricos se tornariam verdadeiros objetos de contemplação, estabelecidos a partir dessa operação infalível da escrita da história. A descrição dos “grandes feitos” e dos “grandes personagens” somente possuiria algum sentido, quando o historiador “clarificasse” os “factos e as datas”. Aqui a finalidade da história ganharia definitivamente sua importância. A par disso, o historiador forneceria o sentido da afetividade com a pátria, afinal “no Brasil, aonde o problema político-social impõe-se a todos os espíritos, dia a dia mais difícil e temeroso, a função da história é de relevância extrema.”<sup>55</sup>

---

## NOTAS EXPLICATIVAS

<sup>1</sup> SPALDING, Walter. Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, *Revista IHGRS*, III e IV Trimestres, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1931, p. 164.

<sup>2</sup> O Parthenon Literário tinha o objetivo de promover encontros e atividades que dinamizassem a vida cultural da cidade de Porto Alegre e mesmo do Estado. O centro intelectual inspirou-se nos moldes da produção literária da Europa, sem contudo romper com os padrões culturais dominantes entre os estancieiros rio-grandenses, o que levou a promover uma exaltação dos temas relacionados com o regionalismo local. Sandra Pesavento afirma que o Parthenon Literário recolhia do passado estancieiro a inspiração literária, articulando a produção do discurso da agremiação dentro do movimento romântico da época. Na representação romântica do Rio Grande do Sul, “o espelho da história refletia o passado. O futuro do Rio Grande era, de fato, a confirmação do seu passado”. Sobre tal asserção ver: PESAVENTO, Sandra J. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro*, Porto Alegre. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999. p. 257.

<sup>3</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes, a “condição sine qua non para ‘identificar’ o historiador era o trabalho de pesquisa documental: de busca, classificação, divulgação e ‘aproveitamento do documento’”. Segundo ela, o “trabalho de pesquisa ‘erudita’ não exigia a produção de um texto original do autor, necessitando a história do Brasil de uma longa e difícil acumulação de materiais capazes de permitir sua escritura.” Assim, como Rocha Pombo e Capistrano de Abreu, analisados pela autora, a produção dos intelectuais do IHGRS foi nitidamente marcada pela influência historicista, que via no documento escrito e no rigor do método crítico o vínculo entre a verdade histórica e a prova documental. GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 122.

<sup>4</sup> ABREU, Florêncio de. Actas das sessões do Parthenon Litterário in *Revista do IHGRS*, 1922, p. 198-200.

<sup>5</sup> COLLOR, Lindolfo. Discurso inaugural. in *Revista do IHGRS*, 1921, p. 126.

<sup>6</sup> Ângela de Castro Gomes ao estudar a obra de Capistrano de Abreu afirma que, a partir dos anos 20, “falar de história” é “falar de um saber delimitado num campo intelectual maior, que estabeleceu suas fronteiras tanto em relação à prosa e ficção, quanto aos chamados ‘estudos ou ensaios político-sociais’”. Para ela esse saber passa a ter “profissionais ‘especializados’ que, além da ABL e do IHGB com suas respectivas revistas”, possuía também espalhadas pelo país, a contribuição de inúmeras instituições como o IHGRS. GOMES, Ângela de Castro. op. cit. p. 90.

<sup>7</sup> COLLOR, Lindolfo. Discurso inaugural in *Revista do IHGRS*, 1921, p. 126.

<sup>8</sup> Ata da Sessão de aniversário do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 11-10-1921.

<sup>9</sup> Ata da segunda sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 11-08-1921.

<sup>10</sup> Ata da terceira sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 20-09-1921.

<sup>11</sup> De acordo com o artigo 3º da ata da 1ª Sessão de Assembléia geral do IHGRS, no caso de dissolução da agremiação, o destino do imóvel principal passaria ao domínio do Estado para “nele instalar-se uma escola pública, e restante, imóveis, móveis e valores de qualquer espécie”, seria destinado a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, III Trimestre, p. 508, 1921.

<sup>12</sup> Ata da oitava sessão preparatória para a fundação do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul. 09-11-1921.

<sup>13</sup> As imbricadas relações dos intelectuais com a política, especialmente nos anos do Governo Vargas (1930-1945), têm mobilizado inúmeros pesquisadores como Sérgio Miceli, autor da obra “Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil- (1920-1945)”. Miceli ao mostrar a “cooptação” dos intelectuais sob a égide do Estado Novo, afirma que o regime Vargas se diferencia, sobretudo, porque define e constitui o domínio da cultura como um “negócio oficial”. Sérgio Miceli distingue os intelectuais como os “escritores-funcionários” e os “funcionários-escritores”, pois enquanto os primeiros ocupavam os postos de

direção de instituições culturais, os últimos se valiam de seus instrumentos de produção intelectual para o cumprimento de funções subalternas nas instituições de difusão cultural, de propaganda e censura. MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 34.

<sup>14</sup> Ata da sessão de Instalação e Posse do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, 19-11-1921.

<sup>15</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. Discurso de fundação do IHGRS, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, 1921, p. 121.

<sup>16</sup> idem, 121.

<sup>17</sup> idem, p. 122-123.

<sup>18</sup> idem, p. 123.

<sup>19</sup> Segundo Iara Lis Schiavinatto já no início do século XIX afirmava-se no Brasil, por meio da figura do Imperador D. Pedro I, uma noção de pátria que remetia ao amor à localidade onde se nasceu, defendeu fazendas, vidas, majestade, dignidade, e este vínculo com a localidade foi celebrado em toda parte com signos assemelhados, similares ou os mesmos, de tal forma que criava-se uma noção difusa do todo marcada por intensas acepções de identidades locais. SCHIAVINATTO, Iara Lis. “A praça pública e a liturgia política” in *Caderno Cedex*, Campinas, v. 22, 2002, pp. 81-99. Neste sentido, a noção de pátria, no início do século XIX passou a significar mais que o local de nascimento; passava também a significar, conforme Iara Lis, “a escolha política de aderir à causa do Brasil”. Esta concepção marcou a produção intelectual dos sócios do IHGRS, pois para aqueles o Rio Grande do Sul, durante o período colonial, expandiu as fronteiras do Império Brasileiro e empunhou armas para defender o território ameaçado.

<sup>20</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 122.

<sup>21</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. Discurso pronunciado na Sessão aniversária do Instituto em 05 de Agosto. In.: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, 1925, p. 226.

<sup>22</sup> idem, p. 226.

<sup>23</sup> idem, p. 227.

<sup>24</sup> Segundo Antônio Cândido, a nação como temática iniciou a ser expressa a partir dos séculos XVIII e XIX, através dos movimentos nativistas e do indigenismo romântico, quando os conceitos de cultura e civilização foram colocados em evidência no tratamento do problema. Os representantes de tais expressões intelectuais ilustravam o país e levavam sua produção para a Europa, “fazendo um pouco da nação ao fazerem literatura”, o que acabou por levar Antônio Cândido a usar a expressão literatura e empenhada, no que se refere ao esforço desses intelectuais na construção da nacionalidade. Sobre esta questão ver: CÂNDIDO, Antônio. *Formação da Literatura Brasileira*. V.1, Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981. p. 118. Por sua vez, sob os auspícios do Estado Imperial, ocorreram diversas iniciativas no sentido de se estabelecer um conhecimento demográfico, cartográfico e histórico do país incentivadas pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Neste sentido, a escrita da história nacional, das biografias de brasileiros ilustres, o financiamento de expedições científicas e a produção de mapas são aspectos diversos de uma produção intelectual que nasce no mesmo impulso edificador da nação. Sobre esta questão ver.: WEHLING, Arno. *A Invenção da História: Estudos sobre o Historicismo*. Rio de Janeiro: Ed. da Universidade Gama Filho; Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1994, p. 155.

<sup>25</sup> SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 227.

<sup>26</sup> idem, p. 124.

<sup>27</sup> Segundo Florêncio de Abreu para fazer “resuscitar das brumas do pretérito os grandes vultos dos nossos maiores, com as verdadeiras linhas da sua envergadura moral para bem apreciar e julgar preciso é que tornemo-nos mentalmente contemporâneos deles, - não fazendo-os avançar até nós, o que importaria grave erro de perspectiva com as inevitáveis impressões ópticas illusórias, mas, ao contrário, recuando nós até eles, indenticando-nos com o seu meio e até embuindo-nos dos prejuízos e da mentalidade do seu tempo. Só assim será possível desenpenhar com justiça a magistratura inappellavel da história.” in ABREU, Florêncio de. Sessão aniversária do Instituto em 5 de agosto. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Typographia do Centro, III e IV Trimestre, 1925, p. 227.

<sup>28</sup>Tal concepção de método e investigação historiográfica era pautada em uma preocupação exacerbada quanto à manipulação dos documentos, pois se a História, diferentemente das Ciências Biológicas, não pode observar os fatos, ela poderia atingi-los através dos rastros deixados pelos fatos do passado que seriam os documentos textuais. De tal prerrogativa decorre a incessante “coleta de documentos” dos Institutos Históricos. Ana Cláudia Breffe afirma que estas considerações que impregnaram a produção dos intelectuais do IHGSP, durante as primeiras décadas do século XX, encarnavam os pressupostos de Charles Vitor Langlois e Charles Seignobos. Segundo estes intelectuais, “nesse tratado de metodologia histórica, pode-se dizer então que o historiador fica completamente apagado sob o imperativo do documento que reina soberano, sendo sua utilização rigorosamente controlada pelo método e pela crítica a eles aplicados.” Segundo esta consideração, o historiador deve se mostrar o menos possível, de modo que, quase seja invisível sob o denso manto de seus “procedimentos científicos”. Sobre esta questão ver, BREFFE, Ana Cláudia Fonseca. *Um lugar de memória para a Nação. O museu paulista reinventado por Affonso d’Escragnolle Taunay (1917-1945)*. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Campinas, 1999, p. 54. A primazia do documento é ressaltada por grande parte da intelectualidade ligada ao IHGRS, sobretudo porque muitos já “estariam irremediavelmente perdidos”. O que acalentava o tom acrimonioso do discurso de perda lamentável dos documentos era a própria existência do IHGRS que deveria encetar um trabalho de classificar e recolher os documentos sem perder de vista sua proveniência, pois disto dependeria a autenticidade do material.

<sup>29</sup>SILVA, Florêncio de Abreu e. op. cit. p. 125.

<sup>30</sup>HAROCHE, Claudine. O que é um povo? Os sentimentos coletivos e o patriotismo do final do século XIX. In.: SEIXAS, Jacy A. BRESCIANI, Maria Stella, BREPOHL, Marion (orgs.) *Razão e paixão na política*. Brasília:EdUnB, 2002, p. 83.

<sup>31</sup>Segundo Maria José Elias, no século XIX se evidencia um “lento processo de ‘construção da nação’, estabelecendo-se, ao que parece, a posteriori determinados nexos com o passado colonial e com alguns marcos a partir da independência”. A questão da identidade nacional assumia, no século XIX, um caráter agudo para a intelectualidade brasileira, pois a ruptura com a metrópole não alterava radicalmente a herança colonial, pois continuavam a escravidão, a economia voltada para o mercado externo, o regime monárquico. ELIAS, Maria José. *Museu Paulista: Memória e História*. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Universidade de São Paulo, USP, 1996, p. 17.

<sup>32</sup>Segundo Claude Nicolet o conceito de *nação* surge com a Revolução Francesa, e, no final do século XVIII, a própria idéia de nação ainda procura se concretizar no pensamento político europeu. A palavra já existia sob o Antigo Regime, porém, sem característica partícula na relação entre indivíduos, sendo usada apenas pelos viajantes do século XVIII, no sentido em que se empregaria, atualmente, “tribo” ou “povo”. Na França, afirma Claude Nicolet, o termo “reino” exprimia a idéia de nação, assim como súdito expressava a idéia de cidadão. Entretanto, a partir da Revolução, a palavra “nação” passa a ter uma conotação importante no vocabulário político, devido ao impacto jurídico e emocional que passa a ter. Sobre esta questão ver: NICOLET, Claude. *L’idée républicaine en France*. Paris: Gallimard, 1982, p. 16.

<sup>33</sup>HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 87.

<sup>34</sup>HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 88.

<sup>35</sup>Segundo Claudine Haroche *Qu’est-ce qu’une nation?* foi pronunciada em 11 de março de 1882 na Sorbonne e publicada em 26 de março de 1882 no boletim semanal da Association Scientifique de France. HAROCHE, Claudine. op. cit. p. 87.

<sup>36</sup>Segundo Lúcia Lippi Oliveira, na década de 1930, os intelectuais brasileiros propugnavam os ideais nacionalistas a partir da autoridade do Estado e do chefe como responsáveis pela construção da nacionalidade. O nacionalismo, segundo esta vertente, supõe a identificação de todos os membros de uma sociedade com um destino comum, destino cujos traços se originam no passado e são identificáveis no presente e asseguram um futuro comum. Por sua vez, assevera Lúcia Lippi, enquanto o nacionalismo romântico enfatiza o grupo primário e a comunidade, o nacionalismo do século XX assenta-se sobre a crescente identificação entre nação e Estado. Porquanto, o Estado é que sustenta

e administra a ordem social e o bem comum. Neste sentido, os intelectuais deveriam se ocupar em identificar uma coletividade histórica em termos de nação, baseados nos fatores étnicos, geográficos e culturais. Sobre esta questão ver: GOMES, Ângela de Castro. VELLOSO, Mônica Pimenta, OLIVEIRA, Lúcia Lippi de. *Estado Novo: Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982, p. 26.

<sup>37</sup> RENAN, Ernest. *Que es una nación? Cartas a Strauss*. Estudio Preliminar notas de Andres de Blas Guerrero. Madrid: Alianza Editorial, 1987, p. 63.

<sup>38</sup>idem, p. 66.

<sup>39</sup> idem, p. 81.

<sup>40</sup> idem, p. 81.

<sup>41</sup> idem, p. 82.

<sup>42</sup> idem, p. 83.

<sup>43</sup> ROSA, Othelo. Discurso inaugural. in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre: Typographia do Centro, 1930, p. 614.

<sup>44</sup> Segundo Ângela de Castro Gomes ao analisar a trajetória dos autores do suplemento literário “Autores e Livros” do jornal *A Manhã* e recompor a teia de relações existentes entre eles, afirma que o trabalho historiográfico era percebido diversamente para esses intelectuais. Para alguns, por exemplo, é como se fosse uma “espécie de ponto de chegada”, de “culminância alcançada por uma escolha de fim de vida”. Para outros é “como se o trabalho historiográfico exigisse um acúmulo de erudição, uma disponibilidade de tempo e uma ‘paz’ interior, acabando por se tornar a opção final e definitiva de um homem de letras.” Para Gomes, esse trabalho está longe de ser “caracterizado como um hobby de aristocratas decadentes ou desocupados” pois, “não se faz história sem esforço e investimento pessoais.” GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, p. 45.

<sup>45</sup> ROSA, Othelo. op. cit. p. 614.

<sup>46</sup> idem, p. 614.

<sup>47</sup> idem, p. 615.

<sup>48</sup> idem, p. 616.

<sup>49</sup> ROSA, Othelo. ob. cit. p. 614.

<sup>50</sup> ARAÚJO, Ricardo Benzaquen. “Ronda Noturna. Narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu”. *Estudos Históricos*, n.º 1 Rio de Janeiro, p. 50.

<sup>51</sup> REIS, José Carlos. *A História, entre a Filosofia e a Ciência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, 74.

<sup>52</sup> idem, p. 19.

<sup>53</sup> idem, p. 614.

<sup>54</sup> idem, p. 616.

<sup>55</sup> idem, p. 618.